

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS,
GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)

Ata da Reunião Ordinária do Comitê LGBT – 02/09/2021

1
2 No segundo dia do mês de setembro do ano de 2021 às 14h00min, via videoconferência no
3 seguinte endereço: meet.google.com/yrg-emkb-grc, deu-se início à Reunião Ordinária do Comitê
4 de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays,
5 Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Paraná (Comitê LGBT – PR). Fizeram-se
6 presentes, conforme convocação prévia, **Titular Governamental:** Ana Raggio (SEJUF) e
7 **Regina Célia Vitória** (SEED). **Titular da Sociedade Civil:** Lucas Siqueira (Grupo Dignidade) e
8 **Thainã Eloá** (CRP). **Convidados (as)/Observadores(as):** **Thamirys Nunes** (Aliança Nacional
9 LGBTI+ e Grupo Dignidade); **Fernando Ruthes** (Assessor da Diversidade Sexual da Prefeitura
10 de Curitiba); **Derick Luan** (APPAD); **Karollyne Nascimento** (Ouvidoria Externa DPE/PR);
11 **Lucimar Godoy** (SESA); **Camila dos Santos** (DCIST/SESA); **Rosane Freitas** (SESA); **Janaína**
12 **Plasido** (CAOP MPPR); **Luana Barros** (NUCIDH/DPE); **Rafael Moura** (MPPR); **Sandra Duarte**
13 **(DEPEN/SESP); Liza Minelly** (Grupo Esperança); **Bruna Ravena** (Casa de Malhu); **Débora**
14 **Marinho** (Assessoria de Direitos Humanos – Políticas da Diversidade Sexual da Prefeitura de
15 Curitiba); **Gustavo Uchôa** (Mães pela Diversidade); **Rosires Pereira de Andrade** (Gerente de
16 Ensino e Pesquisa no Complexo Hospital de Clínicas da UFPR); **Oksana Maria Volochtchuk**
17 **(Departamento de Atenção à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba); Jane**
18 **Cescato** (Diretora de Auditoria - Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba); **Daiane Pego**
19 **(DEDIF/SEJUF); Gabriel Bezerra. Justificativa de Ausência: Mara Carmem Ribeiro**
20 **Franzoloza** (DDCIST/SESA). **Abertura:** A coordenadora Ana Raggio iniciou a reunião saudando
21 a todos, todas e todes presentes e após solicitou uma breve apresentação dos participantes; em
22 seguida, passou para a aprovação das pautas. **1. Aprovação da pauta:** Após as apresentações,
23 Ana realizou a leitura das pautas a serem aprovadas e abriu a fala para quem quisesse incluir
24 mais pautas. Bruna Ravena solicitou que sejam debatidas questões sobre atenção a LGBT pelo
25 Ministério Público do Trabalho, a fim de melhores vigilâncias nas empresas sobre questões
26 LGBTfobia. Não havendo nenhuma objeção, as pautas foram aprovadas com a nova inclusão. **2.**
27 **Aprovação da ata de reunião ordinária de agosto de 2021:** Ana perguntou se alguém sugere
28 alterações ou gostaria de fazer alguma observação sobre a ata de agosto do Comitê - que foi
29 enviada anteriormente à reunião por *e-mail*. Não havendo nenhuma objeção, a ata foi aprovada

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS,
GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)**

30 para publicação no *site* e no DIOE. **3. Processo Transexualizador no Hospital de Clínicas:**
31 Ana iniciou a pauta contextualizando que essa pauta refere-se a modalidade hospitalar do
32 Processo Transexualizador, sendo essa uma demanda antiga dos movimentos sociais, colocada
33 pelos movimentos representativos da população travesti e transexuais; portando, já foi pautada
34 em outras reuniões do Comitê LGBT, em que a Secretaria de Saúde (SESA) informou a
35 dificuldade de retomada do processo em virtude da pandemia, então combinou-se que ela
36 retornaria agora, em setembro, porém sendo pautada novamente em outras reuniões
37 demonstrando a necessidade desse debate; Na última reunião ordinária, o comitê contou com a
38 participação da Dra. Olga Regina Cotovicz de Castro Deus (SESA) que explicou sobre o
39 Tratamento Fora de Domicílio (TFD) e também trouxe a informação de que desde a publicação
40 da Portaria que regula o Processo Transexualizador (Portaria GM/MS nº 2.803, de 19 de
41 novembro de 2013), houve apenas 9 (nove) pessoas trans atendidas do Estado do Paraná que
42 realizaram o procedimento cirúrgico; Portanto, por conta da longa lista de espera existente surge
43 a necessidade da oferta desse serviço no Estado do Paraná, tendo em vista que somente existe
44 a possibilidade de realizar dos procedimentos cirúrgicos do Processo Transexualizador fora do
45 Estado; Continuando, destaca que a SESA tem uma importante iniciativa que é o CPATT, que
46 realizado o atendimento ambulatorial do Processo Transexualizador - o qual será tratado no
47 pauta seguinte – a Defensoria Pública do Estado (DPE) assim como o Ministério Público do
48 Estado (MPPR) inicialmente fizeram um importante avanço com essa pauta, já o Hospital de
49 Clínicas (HC) chegou a realizar um processo de capacitação de alguns funcionários, havia uma
50 disponibilidade de parceria, inclusive, pela Prefeitura de Curitiba para a adesão conjunta entre
51 Estado e Município a essa política, o que acabou não tendo andamento, por isso nesta pauta
52 pretende-se discutir como está o andamento com a documentação para a habilitação do Hospital
53 de Clínicas no Processo Transexualizador, por isso o Dr. Rosires, como referência, foi convidado
54 a debater essa essa pauta; Consequente, Ana abriu a fala para a Karollyne caso desejasse
55 colocar alguma questão sobre a pauta, visto que já vem acompanhando essa discussão a mais
56 tempo; Fazendo um adendo as questões pontuadas Liza, indicou que o processo
57 transexualizador é uma tripartite – entre Ministério da Saúde, Estado e Município – porém, o
58 município sempre ignorou algumas ações que deveriam já ter realizado e somente agora se

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS,
GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)**

59 disponibilizou a debatê-las, desejando fazer um novo “mini-CPATT”, o que não é o ideal para
60 atender corretamente as demandas; Ainda, explicou que quando a demanda fora de domicílio é
61 disposta, é necessário entender que quando as pessoas trans paranaenses são encaminhadas
62 para fora do estado, são incorporadas à demanda local, do outro Estado, e talvez por isso que o
63 número de pessoas do Estado do Paraná - que realizaram procedimento cirúrgico do Processo
64 Transexuaizador - seja tão pequeno, sendo necessária a consciência dessa concorrência;
65 Ademais, mencionou que anteriormente até mesmo ao processo transexualizador, já houve
66 diálogos com os responsáveis pelo Hospital das Clínicas, que expuseram desinteresse em
67 relação ao tema. Em seguida, com a palavra, o Dr. Rosires indicou que a pandemia atingiu
68 gravemente a oferta de cirurgias no HC, assim todo esforço do HC foi designado para o
69 atendimento das pessoas com COVID, pois este é referência para o tratamento; Portanto, nos
70 últimos meses sempre esteve praticamente lotado com pacientes em enfermarias e UTI's, sendo
71 necessária uma adaptação do HC dos leitos e máximo esforço do hospital no enfrentamento da
72 COVID, de tal modo, que os residentes assumiram funções de auxiliares dos médicos
73 especialistas em infectologia no sentido de propiciar um atendimento mais adequado; Em
74 consequência, as cirurgias chegaram a um ponto de redução em 80% (oitenta por cento) de
75 suas atividades, gerando um enorme problema, pois há profissionais terminando suas
76 residências sem a necessária capacitação em sua área específica; Assim, durante este período
77 pandêmico, todas as áreas tiveram suas ofertas extremamente reduzidas no HC e somente com
78 a redução dos casos de COVID que serão restabelecidas; Especificamente sobre o Processo
79 Transexualizador, o Dr. Rosires indicou que está sendo marcado um curso de extensão e que já
80 foi estabelecido um programa para o curso, o setor de programas do HC está auxiliando na
81 documentação necessária para realização e oficialização pela Universidade Federal do Paraná
82 (UFPR), deste modo, certificando os participantes e os encaminhando para a Secretaria
83 Municipal de Saúde (SMS); Além disso, graças a SESA vários profissionais participaram de um
84 curso de extensão *online* oferecido pela Universidade de São Paulo (USP); Portanto,
85 basicamente, segundo o Dr. Rosires, somente não foi dada sequência ao Processo
86 Transexualizador porque a pandemia não se encerrou e existe uma determinação da SMS de
87 que não se pode fazer cirurgias eletivas durante o período pandêmico, aumentando cada vez a

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS,
GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)**

88 fila de espera dessas cirurgias; Continuando, o Dr. Rosires relatou que a ideia do HC não é
89 somente operar, mas sim realizar o atendimento global, envolvendo recepção, continuidade do
90 tratamento clínico, atendimento cirúrgico e demais etapas necessárias; Por fim, informa que
91 haverá um novo curso de extensão em outubro pela USP. Na sequência, Karollyne questionou
92 quem serão os profissionais capacitados neste novo curso, como está o andamento da
93 habilitação do Hospital de Clínicas, para ser o ambulatório e realizar os procedimentos
94 cirúrgicos, se o hospital já providenciou a documentação necessária; Ainda, manifestou seu
95 espanto quanto a fala do Dr. Rosires sobre o atendimento, que já acontece, para pessoas trans,
96 inclusive tem o conhecimento de que crianças são atendidas pela endocrinologia infantil e pela
97 psicologia infantil, porém desconhece atendimentos para adultos no HC, por isso pede que o Dr.
98 Rosires forneça informações sobre o atendimento desse público, a fim de que a população trans
99 tenha conhecimento dessas informações, haja vista a grande fila de espera no CPATT. Adiante,
100 o Dr. Rosires ressaltou que não foi dada sequência ao envio das documentações junto a SMS
101 devido a pandemia, pois não adianta estar capacitado e habilitado e estar impossibilitado de
102 realizar o atendimento; Referente ao atendimento, o Dr. Rosires explicou que o atendimento à
103 crianças e adolescentes estão acontecendo, mas que esporadicamente aparecem adultos
104 solicitando o atendimento, porém o atendimento à adultos não está programado; Já em relação
105 ao curso de extensão, será um curso para formação dos profissionais de saúde do HC para o
106 atendimento no Processo transexualizador, além disso, serão aceitos profissionais da Secretaria
107 Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e de grupos que eventualmente demonstrem
108 interesse no curso. Em seguida, Liza reforçou a fala da Karollyne, destacando que a equipe do
109 HC foi capacitada muito antes da pandemia, tendo uma formação prática, por isso preocupa-se
110 como será a capacitação dos profissionais que realizarão os procedimentos cirúrgicos de
111 redesignação sexual somente com curso de extensão à distância e não com a atuação prática;
112 Ademais, pontua que o processo de habilitação do HC está solto, tendo em vista que para se
113 credenciar é necessário um determinado número de profissionais - e estes são de interesse da
114 população trans que tenham vínculos com a população trans, para que não sejam tratadas
115 apenas como objetos, pois a humanização do SUS também é relevante para o movimento; Para,
116 além disso, Liza destacou que o processo de habilitação leva tempo e, portanto, deve ser tratado

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS,
GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)**

117 com urgência, pois o Paraná não é somente a demanda de Curitiba, mas há diversos casos
118 reprimidos no interior do Estado. Adiante, o Dr. Rosires respondeu que apesar da morosidade, a
119 realização do programa já está bem estabelecida no Hospital das Clínicas e que acontecerá o
120 mais breve possível, além disso, destacou que os profissionais interessados no curso são
121 extremamente qualificados, *experts* e referências em diversas áreas cirúrgicas. Seguindo, Ana
122 indagou se o curso será aberto para a população geral para a formação de profissionais da área
123 da saúde. O Dr. Rosires respondeu que sim, será um curso para formação e aberto para a
124 população geral da área da saúde. Na sequência, a Karollyne fez um resgate de algumas
125 reuniões ocorridas na DPE - que contou com a participação do Dr. Rosires, da Andressa do
126 CPATT, de representantes da DPE, do MPPR e da SESA – nas quais houve a comunicação de
127 que todos os profissionais que compõem a exigência do Processo Transexualizador para a
128 criação ou implementação do ambulatório no HC necessitam realizar o curso ofertado pela USP
129 – na época, estabeleceu-se que a SESA arcaria com os custos dos profissionais, que fazem
130 parte da exigência do Processo Transexualizador, para realizarem o curso formação na USP e
131 posterior habilitação do ambulatório; Continuando, destaca que em algumas dessas reuniões
132 anteriores a SESA comunicou que o HC havia exigido a formação dos profissionais não-
133 médicos, partindo da exigência da equipe multidisciplinar que o HC exigiu; Ainda destaca que
134 em uma das últimas reuniões presenciais na DPE houve um comprometimento do Hospital de
135 Clínicas – pelo próprio Dr. Rosires - de que já, naquele mês, iniciaria o andamento na
136 documentação necessária para a habilitação do HC no Processo Transexualizador junto ao
137 Ministério da Saúde, por isso estranha que agora o Dr. Rosires fala que ainda irá reunir os
138 documentos para habilitar o HC; Portanto, conforme as informações dispostas, Karollyne
139 indagou se é a SMS responsável por realizar a habilitação junto ao Ministério da Saúde ou o
140 próprio HC é o responsável por essa habilitação. Segundo o Dr. Rosires, o HC deve encaminhar
141 a documentação para a SMS, e que a relação da equipe multidisciplinar, dos profissionais
142 capacitados exigidos, conforme a regulamentação do Processo Transexualizador, é a seguinte:
143 01 (um) médico urologista, ou 01 (um) médico ginecologista, ou, ainda 01 (um) médico cirurgião
144 plástico – o quadro de profissionais do HC conta com as três especialidades – 01 (um) médico
145 endocrinologista – o HC já também tem disponível no seu quadro de funcionários – equipe de

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)

146 enfermeiros e de técnicos em enfermagem – o HC ainda não conseguiu realizar um curso de
147 formação do Processo Transsexualizador para os técnicos de enfermagem, eles devem participar
148 da capacitação que será realizada em outubro – 01 (um) psiquiatra ou 01 (um) psicólogo –
149 alguns desses profissionais do HC já realizaram a capacitação e outros também devem realizar
150 em outubro – e por fim, também é exigido 01(um) assistente social, assim, esse é o time de
151 profissionais que irão compor a equipe multidisciplinar e devem estar devidamente capacitados
152 para encaminhar os documentos da habilitação do HC, por isso trata-se de processo bastante
153 complexo e não fácil de se encaminhar; Por fim, informa que o próximo passo é a realização do
154 curso de capacitação desses profissionais que ainda não realizaram, e, também, compromete-se
155 a encaminhar para a SMS os documentos exigidos para a habilitação do HC ainda nos meses
156 de outubro ou novembro deste ano. Adiante, Liza destacou sua preocupação do curso ser
157 somente em formato *online*, pois a cirurgia é extremamente difícil e específica, tendo já ocorrido
158 erros cirúrgicos com profissionais com experiência na área, salientando que a população trans
159 não pode ser cobaias de aprendizes. O Dr. Rosires deixou clara a necessidade em escolher
160 profissionais experientes nas suas respectivas áreas de atuação no programa, destacando que
161 um dos já selecionados teve experiência na cirurgia específica em um Hospital em Porto Alegre.
162 Na sequência, o Dr. Rafael questiona se o Dr. Rosires encaminhará nos próximos meses o
163 procedimento para a Secretaria Municipal de Saúde e se esse procedimento que o Dr. Rosires
164 irá deflagrar é o mesmo procedimento que vai desaguar no cumprimento da Portaria GM/MS nº
165 2.803, de 19 de novembro de 2013 ou se são procedimentos distintos. O Dr. Rosires confirma
166 que a documentação, junto com os comprovantes de capacitação, que encaminhará para a SMS
167 é para a habilitação do HC nos procedimentos clínicos e cirúrgicos. Na sequência o Dr. Rafael
168 questiona se essa documentação não passará pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) do
169 Processo Transsexualizador. Ana esclarece que o HC deve encaminhar para a SMS, que por sua
170 vez deve pautar junto a Comissão Intergestores Bipartite (CIB), que é vinculada às Secretarias
171 de Saúde – Estado e Município. Na sequência, a Diretora do Departamento de Atenção à Saúde
172 do Município de Curitiba - representando a superintendente de gestão, Flávia Quadros -, Oksana
173 Volochtchuk, esclareceu que as cirurgias eletivas terem sido suspensas não foi uma decisão
174 exclusivamente da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), sendo uma determinação também da

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS,
GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)**

175 Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Paraná (SESA) que foi acompanhada pelos
176 municípios; Portanto, com a melhora dos índices epidemiológicos as cirurgias eletivas estão
177 gradativamente voltando a serem realizadas; Em referência aos documentos que deverão ser
178 apresentados, Oksana destacou que alguns procedimentos podem ser realizados pelo Hospital
179 de Clínicas, porém o processo é instruído pela Secretaria Municipal de Saúde, haja vista que o
180 HC é sediado em Curitiba, que encaminhará para a SESA e em seguida para o Ministério da
181 Saúde – contudo para iniciar a tramitação desse processo é necessária a manifestação do
182 hospital encaminhando a documentação. A seguir, Janaína questiona se deve ser realizada uma
183 vistoria, conforme a provisão da Portaria do Processo Transexualizador, e se essa vistoria é
184 realizada pelo Município ou Estado. Em seguida, Jane Cescato expõe como é o roteiro da
185 habilitação para o procedimento clínico e cirúrgico no Processo Transexualizador (1º - o serviço
186 que quer se habilitar se manifesta para a Secretaria Municipal de Saúde, por meio de ofício; 2º -
187 a Secretaria Municipal de Saúde inicia a instrução do processo de habilitação, informando que o
188 serviço tem condições de realizar os procedimentos e atendimentos, após tem uma visita da
189 auditoria no hospital para verificar a estrutura que será disponibilizada, depois passa para um
190 parecer da vigilância sanitária; 3º - com essas informações disponíveis, a SMS habilita o hospital
191 no sistema do Ministério da Saúde); assim, além da aprovação pelo gestor municipal é
192 necessária também a aprovação do gestor estadual, por isso esse processo é encaminhado
193 para a CIB para a sua homologação desta nova habilitação no Processo Transexualizador no
194 SUS. O Dr. Rafael questiona se demora essa tramitação na SMS. A Jane responde que a
195 tramitação em âmbito municipal e estadual não é demorada, porém a tramitação no Ministério da
196 Saúde é mais morosa, pois serão analisado todos os itens - pela área técnica, a mesma que
197 recebe e analisa os pedidos de todo o país - e se tiver pendência de algum requisito que não foi
198 cumprido será devolvido para a SMS responder, mas a SMS está sempre acompanhando a
199 tramitação junto ao Ministério da Saúde e fazendo as cobranças necessárias para o andamento
200 do processo. Adiante, Lucimar reforçou as falas anteriores sobre o estancamento realizado pela
201 pandemia nos processos eletivos na saúde e que existe uma portaria que define o Processo
202 Transexualizador (Portaria GM/MS nº 2.803, De 19 De novembro de 2013) e o que tange ao
203 Estado será sempre agilizado, colocando-se à disposição de todas e todos. Prosseguindo, Ana

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS,
GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)**

204 agradeceu a presença e participação do Dr. Rosires, Oksana, Jane e da Lucimar referente a
205 pauta, sendo essenciais no processo e a nitidez em que propuseram os processos. Por fim, Ana
206 perguntou aos convidados da área da saúde se há algo que o Comitê LGBT poderá fazer para
207 auxiliar nesses processos. O Dr. Rosires fala sobre a necessidade de capacitação dos cirurgiões
208 para visitarem os centros hospitalares que realizam as cirurgias de redesignação sexual do
209 Processo transexualizador, portanto, a SESA poderá auxiliar estes a visitar determinados
210 centros. Já a Oksana ressaltou que é importante que as pacientes mantenham seus cadastros
211 atualizados nos prontuários junto às suas unidades de saúde, pois está havendo dificuldades de
212 encontrar as pessoas para avisar sobre os atendimentos especializados. A Lucimar indicou que
213 a SESA em conjunto com o CPATT gerou um memorando para todas regionais de saúde
214 reforçando a manutenção dos cadastrados atualizados. Adiante, Liza indagou o Dr. Rosires se
215 agora com a vacinação avançada as medidas impostas estão sendo amenizadas ou continuam
216 totalmente válidas, também perguntou a Lucimar se o TFD está sendo ofertado corretamente,
217 pois grandes partes das trans estão no interior do Estado, não somente na Capital onde o
218 serviço está centrado. Bruna Ravena perguntou como as instituições do interior poderiam
219 realizar o credenciamento junto às regionais. Oksana respondeu a Liza que desde Julho às
220 restrições impostas pelo COVID foram suspensas, pois o município de Curitiba está em bandeira
221 amarela e as cirurgias eletivas foram autorizadas. Referente ao transporte das pacientes do
222 interior a Capital, Jane explicou que quando habilitado, o serviço contará automaticamente com
223 uma pactuação regional. Adiante, a Karollyne ressaltou que as respostas do Dr. Rosires e da
224 Lucimar foram inconclusivas, pois desde 2018, em reuniões realizadas, a documentação está
225 sendo reunida e até agora não foram enviadas e nenhuma ação efetiva foi realizada, e agora,
226 apesar da pandemia, as mesmas justificativas e encaminhamentos foram dados, não havendo
227 nenhuma evolução dos processos. Ana indicou que o “primeiro nó” a ser desatado é a
228 solicitação do HC a Secretaria Municipal, portanto, sugere que seja encaminhado um ofício à
229 diretoria do Hospital para a realização de uma reunião com o Comitê e esclarecida a urgência da
230 pauta. Liza sugeriu que o Comitê verifique se outros hospitais universitários têm interesse de se
231 habilitar no Processo Transexualizador, visto que o HC está atrasando e acumulando as
232 demandas. A Karollyne solicitou que o Comitê solicite ao HC a relação de profissionais que

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS,
GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)**

233 foram capacitados pela USP, visto que foi por meio de investimento do Estado. Com o
234 encaminhamento de realizar reunião conjunta com a chefia do HC para tratar sobre a
235 documentação para habilitação do HC no Processo Transexualizador, Ana solicitou voluntários
236 para participar de uma reunião com o HC - Liza, Karollyne, Dr. Rafael, se dispuseram a
237 acompanhar a reunião, com a indicação de convidar a Dra. Indira do MPF, representantes da
238 DPE e representantes dos municípios. Considerando a sugestão da Bruna, Ana sugeriu que seja
239 encaminhado um Ofício Circular do Comitê LGBT para os Hospitais Universitários perguntando
240 se há interesse em participar do Processo Transexualizador, sugestão aprovada. Sem mais
241 manifestações, passou-se para o próximo ponto de pauta. **4. Transferência CPATT:** com a
242 palavra, Ana iniciou o ponto de pauta explicando que o impasse dessa pauta é quanto à
243 mudança de local do CPATT, e que apesar do acordado do Comitê LGBT de deixar essa
244 discussão para essa reunião de setembro, esse ponto vem sendo cobrado reiteradamente em
245 todas as reuniões do Comitê; indicou que houve resposta da SESA que a reforma está
246 acontecendo e o processo de transferência para o Complexo Hospitalar Oswaldo Cruz está em
247 andamento; Assim, abriu para aos participantes trazerem informações complementares sobre
248 essa pauta. A Karollyne indicou que desde 2019 as salas já estavam em fase final de reforma e
249 perguntou o que fizeram desde então com esses locais, pois está a tanto tempo em finalização e
250 nunca são concluídos, além disso, reforçou novamente ser contra a transferência do CPATT,
251 pois o Hospital Oswaldo Cruz é o centro de referência em doenças infectocontagiosas, como a
252 AIDS, o que causará a estigmatização pela associação da população LGBTI+ com o HIV/AIDS,
253 podendo ser reforçada se o espaço do CPATT estiver vinculado à dispensação de
254 medicamentos de HIV do Hospital Oswaldo Cruz, salientando que o CPATT deve ter um espaço
255 próprio para atendimento. Adiante, Liza reforçou a necessidade de espaço próprio para o
256 CPATT e indicou diversos locais que estão vazios e poderiam servir perfeitamente em *prol* da
257 população trans. Na sequência, Bruna Ravena apontou que quando o Estado do Paraná já tem
258 precedente da dispensação de medicamentos antirretrovirais, o que pode ser utilizado na
259 dispensação de medicamentos da hormonioterapia para que as farmácias públicas dos
260 municípios possam também distribuir esses medicamentos, bastando apenas a liberação para
261 que a dispensação não seja centralizada no CPATT. Em seguida, Ana esclareceu que os

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)

262 medicamentos da hormonioterapia para fins do Processo Transexualizador do SUS, prescritos
263 por médico endocrinologista habilitado, somente podem ser prescritos em serviços ambulatoriais
264 habilitados no Ministério da Saúde de acordo com a Portaria 2803/2013, no caso do Estado do
265 Paraná somente o CPATT está habilitado e conta somente com uma médica endocrinologista –
266 que atende toda a demanda do Estado; por isso, por enquanto, esse serviço não pode ser
267 descentralizado; mas, há a possibilidade de trabalhar com ambulatórios espalhados pelo interior
268 do estado, se houver essa habilitação junto ao Ministério da Saúde; Portanto, a possibilidade de
269 dispensação desses medicamentos em farmácias no interior do estado é um encaminhamento
270 viável e que o Comitê poderá tentar compreender a possibilidade. No entanto, a Lucimar
271 explicou que, referente à reforma, ela realmente ficou parada algum tempo e foi retomada há
272 aproximadamente 2 (dois) meses e se encontra em fase final; já, no caso da dispensação dos
273 medicamentos da hormonioterapia em outras farmácias de municípios do interior do Estado, não
274 é uma possibilidade viável, haja vista que toda a equipe multidisciplinar, inclusive a médica
275 endocrinologista do CPATT, a Dra. Edna, faz o acompanhamento do(a) usuário (a), quando
276 retorna para retirar o medicamento, por isso esse serviço é centralizado no CPATT; Ademais,
277 Lucimar expôs que há uma proposta para a criação de um CPATT no interior do Estado para
278 descentralizar a oferta dos serviços. Ana perguntou sobre o processo de interiorização do
279 CPATT, indagando se a manifestação de interesse na habilitação junto ao Ministério da Saúde
280 dos municípios é interessante à SESA ou se a escolha partirá da própria Secretaria Estadual de
281 Saúde. Lucimar respondeu que a manifestação municipal é válida, mas que requer diversos
282 cuidados para ser acatada por ser uma área sensível de prescrição de medicamentos. Liza
283 indagou a Lucimar se o CPATT não perderá seu credenciamento devido aos desfalques na
284 equipe multidisciplinar. Lucimar respondeu que com a base da equipe presente é possível
285 manter o credenciamento e informou que até o fim de 2021 a reforma deverá estar concluída.
286 Adiante, a Karollyne manifestou sua preocupação quanto aos profissionais que atuarão no novo
287 espaço do CPATT, já que os profissionais que atendem no Hospital Oswaldo Cruz (HOC),
288 também atenderão no CPATT sem ter conhecimento das especificidades da população trans;
289 Ademais, propôs que seja verificada a possibilidade de ter uma agenda com o Secretário de
290 Saúde, Beto Preto, e que alguém do Comitê LGBT verifique as dependências que estão em

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)

291 reforma no Complexo Hospitalar Oswaldo Cruz; Por fim, Karollyne sugeriu que deverá ser
292 realizada alguma ação/divulgação referente ao HOC realizar atendimento de pacientes com HIV
293 e agora atender a população trans, para amenizar a estigmatização que pode recair sobre essa
294 população mais uma vez. Propostas aprovadas. Referente à visita ao novo espaço do CPATT,
295 Ana, Karollyne, Liza, Fernando e Janaína se dispuseram a ir, ficando pré-agendado o dia 23 de
296 Setembro. Sem mais manifestações, Ana informou que devido ao adiantado da hora a discussão
297 de alguns pontos de pauta não poderá ser concluída; por isso, adiante será tratado dos pontos
298 que impreterivelmente precisam ser encaminhados nessa reunião. **5. Processo Eleitoral para o**
299 **Comitê LGBTI+:** Com a palavra, Ana relembrou sobre a demanda de criação do Comitê LGBTI+
300 por Decreto, que foi rejeitada; No entanto, foi recebida uma designação do Governador do
301 Estado para que o Comitê LGBTI+ seja criado por meio de uma Resolução da SEJUF, tal como
302 o atual Comitê LGBT; Portanto, foi publicada a Resolução SEJUF nº 188, de 09 de agosto de
303 2021, que revoga a Resolução SEJU nº 149/2015 – que criou o atual Comitê LGBT PR - e
304 institui o novo Comitê Intersectorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos
305 Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras
306 orientações sexuais, identidades e expressões de gênero do Estado do Paraná (COMITÊ
307 LGBTI+ PR), que disponibilizará 09 (nove) cadeiras para representantes governamentais e mais
308 09 (nove) cadeiras para representantes da sociedade civil organizada; Por isso, será necessário
309 realizar o processo eleitoral da sociedade civil, haja vista que os/as representantes
310 governamentais serão indicados/as pelas Secretarias de Estado, conforme previsão desta
311 resolução, para composição da primeira gestão do Comitê LGBTI+ PR; Assim, Ana informou que
312 nos próximos dias será publicado o edital de convocação de eleição para a sociedade civil
313 ocupar as 09 (nove) cadeiras e compor o Comitê LGBTI+ PR, e também será criada uma
314 Comissão Eleitoral – formada por servidoras/es do DEDIF, conforme previsão da resolução - que
315 analisará a documentação das entidades da sociedade civil inscritas; assim, questiona se há
316 mais alguém com interesse de compor a Comissão Eleitoral. Adiante, Karollyne pontuou que
317 seria interessante alguém da sociedade civil integrar a Comissão Eleitoral. Porém, a Ana
318 salientou que haverá um conflito de interesse da pessoa que entrará na Comissão Eleitoral e se
319 inscrever também para concorrer a uma das cadeiras da sociedade civil, por isso orienta que

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS,
GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)**

320 quem tiver interesse de compor a Comissão Eleitoral não deve concorrer a uma das cadeiras do
321 Comitê LGBTI+ PR. Na sequência, Bruna Ravena propôs convidar a OAB, MPPR ou a DPE para
322 compor a Comissão Eleitoral, já que não irão se inscrever nessa eleição da sociedade civil do
323 Comitê LGBTI+ PR; ademais, destacou que as 09 (nove) vagas devem ser divididas entre
324 interior e capital, pois somente Curitiba já concentra aproximadamente 08 (oito) entidades que
325 trabalham com a população LGBTI, sugerindo assim, que sejam abertas 05 (cinco) vagas para
326 interior do Estado para haver uma maior representatividade e, também, por conta da alta
327 demanda e menor articulação de uma rede no interior do Estado - como há na capital. Ana
328 questionou a Bruna Ravena se a sua sugestão é de que sejam abertas 05 (cinco) vagas para o
329 interior do Estado e mais 04 (quatro) para a Capital. Bruna Ravena responde, dizendo que 05
330 (cinco) vagas devem ser destinadas às regionais do Estado e 04 (quatro) para a Capital.
331 Adiante, Ana adicionou a sugestão de Bruna, que pode abrir com 05 (cinco) vagas prioritárias
332 para as entidades do interior do Estado, caso essas vagas não sejam ocupadas serão
333 destinadas para a próxima entidade candidata da fila - independente de sua localização de sua
334 sede – para não correr o risco de ficar sem representação no Comitê LGBTI+ da sociedade civil
335 organizada; Já, sobre convidar a OAB, MPPR ou a DPE para compor a Comissão Eleitoral, Ana
336 esclarece que a OAB participa como sociedade civil, e que a DPE talvez aceite o convite, mas o
337 MPPR não costuma aceitar o convite de participar da Comissão Eleitoral – a Janaína disse que
338 verificará com o Dr. Rafael sobre isso – por isso, sugere que a Karollyne, enquanto Ouvidora
339 Externa da DPE integre a Comissão Eleitoral. Na sequência, a Karollyne confirmou que
340 participará da Comissão Eleitoral representando a DPE/PR. Assim, deliberou-se que a Comissão
341 Eleitoral será constituída por Karollyne (DPE), Ana Raggio (DEDIF/SEJUF) e mais um/uma
342 representante que o Departamento de Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais e
343 Cidadania (DEDIF) irá indicar; Ainda, questiona se o Comitê LGBT entende ser viável a
344 participação de entidades sem CNPJ – como movimentos sociais e coletivos - já que a resolução
345 prevê que as entidade da sociedade civil organizada devem estar em funcionamento há pelo
346 menos 2 (dois) anos. Bruna argumentou que o Comitê deverá aceitar apenas entidades
347 regulamentadas e padronizadas, além do mais, essa exigência incentiva as instituições a
348 buscarem se regulamentarem. Fernando expôs que no município de Curitiba a eleição para o

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)

349 Conselho Municipal LGBT é aberta para entidades sem CNPJ que comprovem os 2 (dois) anos
350 de atuação, por meio do relatório de atividade. Adiante, Karollyne indicou que também acha
351 justo que a eleição seja aberta para entidades sem CNPJ, mas que seja feito igualmente ao
352 Conselho Permanente de Direitos Humanos (COPED), por meio de carta de indicação registrada
353 para dar maior veracidade ao processo. Sem mais manifestações, seguiu-se para o último ponto
354 de pauta a ser discutido. **6. Evento do Dia da Visibilidade Intersexo (26 de outubro):** com a
355 palavra, Ana questionou se alguém manifesta contrariedade na realização de evento do dia da
356 Visibilidade Intersexo, no dia 26 de outubro. Liza indagou se há movimento para organização do
357 evento, pois 2 (duas) ou 3 (três) pessoas não são suficientes para essa mobilização; ainda,
358 destaca que o movimento não foi aprovado via conferência como os demais da sigla LGBT, por
359 isso não considera intersexo, assim como o *queer*, como identidade de gênero, haja vista a
360 confusão e divisão que cria – porque a letra “I” foi inclusa na sigla sem passar por aprovação em
361 conferência. Adiante, Ana ressaltou que houve uma fala bastante relevante no “Curso de
362 Formação: Conhecer e Respeitar”, durante a roda de conversa que tratou sobre identidade de
363 gênero e pessoas intersexo, havendo assim, pautas a serem trabalhadas; também destacou que
364 compreende o que Liza pontuou sobre a sigla LGBT ser aprovada em conferência e desde então
365 não ter alteração, inclusive da letra “I” que não passou por esse processo de inclusão, mas que
366 deve-se reconhecer há diversas pessoas jovens e adolescentes com identidade de gênero
367 fluída, se entendendo pessoas pansexuais, além das demandas de pessoas intersexo. Liza
368 respondeu que sabe que existem demandas das pessoas intersexo, mas entende que elas
369 devam falar por si mesmas e fazer a defesa do segmento e não que terceiros falem por elas. Em
370 complementação as pontuações de Liza, Bruna Ravena destaca que se for deliberado pela
371 realização do evento às pessoas intersexo é que devem protagonizá-lo expressando suas
372 vivências, e não somente ser representadas por profissionais da área da saúde que apenas
373 estudaram sobre o assunto, como psicólogos, psiquiatras e etc, - pois, muitas vezes pessoas
374 intersexo por conta do preconceito se “escondem” e são invisibilizadas. Na sequência, Lucas
375 pontuou que por muitos anos pessoas ligadas ao segmento LGBT no Brasil sofreram
376 preconceitos - principalmente as pessoas trans, por conta da invisibilidade – e tiveram que se
377 reorganizar para incluir os novos segmentos na sigla LGBT, por isso não deve ser reproduzido o

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)

378 preconceito de visibilidade; pondera que toda proposta de evento para ser debatido sobre o
379 assunto é bem-vinda e se coloca à disposição para fazer a ponte com ativistas intersexuais, não
380 havendo nenhum motivo relevante para que não seja realizado o evento proposto; por fim,
381 destaca que a visibilidade de uma letra não apaga a visibilidade das outras, e, também, destaca
382 que 1% (um por cento) das crianças brasileiras nascem intersexuais, por isso o debate sobre
383 pessoas intersexuais parte não somente de pessoas pansexuais ou de gênero fluído, sendo uma
384 questão biológica, sendo mais profundo e necessário o debate para a formação, tendo em vista
385 que o tema é razoavelmente discutido; por tanto, as representações de um Comitê LGBT+ - que
386 trata sobre essas pautas – devem dar o exemplo ampliando e incentivando esse debate, e não
387 fazer esse tipo de apagamento. Ana reforçou a importância de um argumento de autoridade nos
388 eventos, já que não aconteceram no evento anterior somente por indisponibilidade das (os)
389 convidadas (as), mas que a ideia é trazer pessoas intersexuais para relatar suas experiências e
390 alguém para que faça a mediação do evento. Seguindo, Liza reforçou que em nenhum momento
391 foi contra o evento, mas que as pessoas intersexuais deverão ser as protagonistas do evento,
392 não apenas ser representadas estudantes do tema. Ana pontuou que também estava entendendo
393 que Liza se manifestou contrária a realização do evento; ainda, esclareceu que a ideia é
394 convidar pessoas que são sujeitas para fazer uma fala sobre isso, por isso irá entrar em contato
395 com a Associação Brasileira de Intersexos (ABRAI) e a Dionne. Na sequência, Karollyne sugeriu
396 que sejam trazidas outras representatividades do Estado do Paraná para conseguir uma
397 representatividade maior, propondo que a Dionne seja convidada para mediar o debate para não
398 ser sempre a mesma representante, para que as pessoas entendam que o movimento é
399 abrangente, não tendo apenas uma (um) representante. **Informes: (Recomendação Educação**
400 **e Curso de Formação):** Ana informou que ontem (01/09) foi realizada uma reunião onde foi
401 elaborada uma minuta de recomendação para Atenção LGBT nas instituições de ensino e a
402 ideia é que o processo eleitoral do Comitê LGBTI+ aconteça e termine rapidamente para que
403 seja possível realizar reuniões em outubro. **Encerramento:** Referentes aos pontos de pauta que
404 restaram pendentes serão tratados com a nova formação do Comitê LGBTI+. Sem mais, a
405 coordenadora Ana agradeceu a participação de todos, todas e todes e encerrou a reunião. A
406 presente ata foi lavrada por Davi da Rosa e revisada pela Residente Técnica, Daiane Pego.